



A Luta Social na Mídia: Breve Análise da Comunicação do MST e da Revista Sem Terra¹

Lilian Crepaldi²

Mestranda do Programa de Ciências da Comunicação
Universidade de São Paulo – Escola de Comunicação e Artes

Resumo

O estudo tem como objetivo geral apontar as relações entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a mídia, abordando a presença do MST nos veículos comerciais, na internet e na comunicação alternativa (Revista Sem Terra). Após uma discussão inicial sobre a origem e a consolidação deste movimento social no contexto brasileiro, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a entrevista para fazermos uma breve análise do perfil editorial da Revista Sem Terra, que aborda as principais reivindicações do MST, e é comercializada pelas secretarias estaduais do movimento. Este trabalho advém de uma pesquisa mais ampla sobre a comunicação especializada dos movimentos sociais na América Latina.

Palavras-chave: Movimento social; MST; Questões agrárias; Revista Sem Terra

Movimento Sem Terra: origens e consolidação

Foi na década de 1960, quando João Goulart propõe diversas reformas de base, inclusive a Reforma Agrária, que se formaram as principais idéias dos movimentos que lutam pela terra, sobretudo o MST. Todavia, o golpe de 1964 e a conseqüente repressão a movimentos populares deixaram as reivindicações a segundo plano. Por outro lado, a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, intitulada Estatuto da Terra, foi elaborada no período militar. No papel, a proposta era bastante progressista e previa profundas mudanças na estrutura fundiária, mas o que se observou foi um número reduzido de desapropriações, sendo a lei mais um instrumento repressor do que uma ferramenta para efetivas mudanças sociais. Para se ter uma idéia, de 1965 a 1981, foram realizadas somente oito desapropriações em média por ano (MORISSAWA, 2001).

¹ Trabalho apresentado na NP Comunicação e Cidadania, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP). Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Metodista de São Paulo e em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: liliancrepaldi@uol.com.br. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq-Brasil.



É também no período ditatorial que se realizam as primeiras ocupações, ainda não tão organizadas como as atuais. Contudo, foi somente na década de 1980, embalados pelas lutas pela abertura política e pelas mobilizações operárias, que as lideranças de esquerda fundaram oficialmente o MST.

Em 1984, o movimento ganha nome: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (1996), a formação do MST é uma conseqüência da mecanização da agricultura e da grilagem de terra na década de 1970, que expulsaram cerca de 30 milhões de pessoas do campo. De acordo com Caldart (2001, p.207), o movimento “é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil”.

Segundo Comparato (2001, p. 105), o MST foi fundado oficialmente em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, Paraná, durante o Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Na época, o movimento contava com 80 representantes de 13 estados. Atualmente, o movimento está presente em todos os estados e “é capaz de organizar manifestações em duas dezenas de capitais simultaneamente. Pelas estimativas de Comparato (2001, p.105), os efetivos do MST se elevam a 350 mil famílias assentadas e 70 mil famílias em acampamentos, o que representa cerca de 1,5 milhão de pessoas”.

Atualmente, segundo o discurso do próprio movimento, divulgado no site oficial www.mst.org.br, os principais desafios são a elaboração de um programa para o campo, a realização de lutas massivas, a busca de unidade entre as organizações do campo e da cidade, a intensificação da organização dos pobres, o auxílio na construção de um Projeto Popular para o Brasil (baseado na justiça social e na dignidade humana), o desenvolvimento da solidariedade e o impulso à revolução cultural. O movimento enfatiza que “os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida” (www.mst.org.br).

Como objetivos gerais, o MST propõe a construção de uma sociedade sem exploração, onde o trabalho tenha supremacia sobre os ditames do capital. Também propõe que todos tenham garantia de trabalho, distribuição da terra, da renda e das riquezas, além de justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais. O movimento também se detém sobre valores culturais, sugerindo a difusão de valores humanistas e socialistas nas relações sociais, o combate a todas as formas de discriminação social, a participação igualitária da mulher, a produção de alimentos para eliminar a fome na humanidade e a luta contra o latifúndio, dentre outras propostas.



No 5º Congresso Nacional do MST, realizado entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, em Brasília, o movimento reafirmou suas linhas políticas, ressaltando a busca de alternativas para os problemas da sociedade brasileira. Dentre os compromissos assumidos, o MST afirma: “Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo”.

Alguns acontecimentos auxiliam na compreensão do MST como fenômeno social das décadas de 1990 e 2000. O primeiro deles foi a morte de 19 trabalhadores rurais em abril de 1996, durante um confronto numa estrada de Eldorado dos Carajás, no Pará. O episódio ganhou destaque nos noticiários nacionais e internacionais e a reforma agrária foi uma das principais temáticas do ano. No mês seguinte, o governo federal recriou o Ministério da Reforma Agrária, que fora extinto por Fernando Collor em 1990. Um novo confronto armado ocorreu em junho de 1996, desta vez entre fazendeiros e sem-terra, com um saldo de quatro mortos. Em dezembro, criou-se um imposto para inibir os latifúndios improdutivos.

Em abril de 1997, após outros acontecimentos violentos, os integrantes do movimento realizaram uma longa marcha até Brasília e foram recebidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que não se comprometeu de forma satisfatória com a realização da reforma agrária. Em setembro, os fazendeiros ganharam o apoio do Ministro da Justiça, Iris Rezende, após alguns fazendeiros terem sido mantidos como reféns e espancados no Paraná.

No início de 1998 o MST passa a ocupar também áreas urbanas, reivindicando melhores condições de financiamento. Em abril deste ano, 25 mil famílias invadem 26 fazendas em cinco estados em protesto contra o assassinato de dois líderes sem-terra. A partir de setembro de 1998, os militares podem intervir em caso de invasão.

Nas comemorações dos 500 anos da chegada dos portugueses, em abril de 2000, os sem-terra organizaram diversas invasões em fazendas e prédios públicos. Em maio, um militante foi morto pela polícia. Neste mês o governo anunciou um pacote para a reforma agrária e financiamento da agricultura familiar. Em setembro, o governador de Minas e ex-presidente da República, Itamar Franco, exigiu a retirada das tropas do exército que defendiam a fazenda de Fernando Henrique Cardoso.

Um fato histórico para o movimento aconteceu em junho de 2001, quando metade da área da Fazenda Itamarati, do empresário Olacyr de Moraes, foi entregue a



1.300 famílias ligadas a movimentos do campo, sobretudo o MST. A fazenda era símbolo de inovações tecnológicas para a agricultura.

Para o MST, um dos momentos de maior significado político foi a invasão da fazenda de Fernando Henrique Cardoso, em abril de 2002, por onde permaneceram por 22 horas, com um saldo de depredações a máquinas agrícolas e móveis, matança de galinhas e, até mesmo, um descanso na cama do presidente.

Com a eleição de Lula e sua posse no início de 2003, o movimento esperava um governo favorável à causa, que promovesse a reforma agrária rapidamente. Porém, em março de 2003, os sem-terra invadiram prédios públicos e anunciaram o descontentamento com Lula. Meses depois, o presidente lançou o Plano Safra para a Agricultura Familiar e, em julho, recebeu líderes do movimento em Brasília. É marcante a imagem do presidente colocando o boné vermelho do MST. Na ocasião, os sem-terra pediram o assentamento de um milhão de famílias, pedido não totalmente atendido pelo governo.

A imprensa e o MST

Segundo Mattelart (1999, p.99), “a América Latina desde muito cedo, e constantemente, sobressaiu pela sua reflexão sobre a ligação entre comunicação e organização popular”. Como qualquer discurso, a fala é carregada de concepções e preconceitos inerentes a cada um dos interlocutores. O Movimento Sem Terra aparece na imprensa repleto de negatividades e positivities, dependendo da linha editorial do veículo, da abrangência, do público-alvo, enfim, dos inúmeros fatores que interferem na produção e recepção das mensagens. Diversos autores já analisaram a presença do MST na mídia, cabendo, aqui, uma breve revisão dos apontamentos desses estudos. Bertol (2003) traça um panorama sucinto da posição da imprensa em relação ao movimento, estudando diversos veículos, com destaque para Jornal do Brasil e Veja.

Para a autora, a primeira etapa foi a demarcação do terreno, de 1984 a 1989, quando os sem-terra demarcaram seu terreno simbólico na mídia, apresentando as propostas e a origem do movimento. A segunda etapa seria a defensiva, entre 1990 e 1993, quando a imprensa deu destaque à violência contra os sem-terra, mas focava suas notícias no governo Collor. Destaque para a capa de Veja de 15 de agosto de 1990: "Violência – a escalada da selvageria assusta o país". Na reportagem, abordava-se o conflito entre sem-terra e policiais na praça da Matriz em Porto Alegre.

Nesta segunda etapa, iniciam-se também as críticas contra o movimento, potencializadas pela declaração do então presidente Fernando Collor de Mello, que chegou a dizer, em tom de deboche, que os brasileiros que tinham apartamentos de três dormitórios teriam de ceder um cômodo para os sem-terra. Começava o temor da classe média contra os movimentos a favor da reforma agrária.

A terceira etapa do relacionamento entre imprensa e movimento seria a posse do terreno, entre 1994 e 1995, na qual a imprensa expressava um clima de abertura e mostrava o MST como um movimento bem estruturado para os leitores. A quarta etapa seria a comunhão, entre 17 de abril de 1996 e 17 de abril 1997. A data inicial é a da ocupação mais bem sucedida da história do MST; a data final marca o início da quinta etapa, o confronto, que duraria até 2000. Segundo Bertol (2003, p.16-17) “os sem terra ingressaram em nova esfera de luta simbólica, mais politizada, com códigos e normas diferentes do universo no qual eram costumeiramente retratados. A simpatia sobre o movimento evaporou-se”.

A luta pelo domínio do imaginário é visível na imprensa. Pelos estudos recentes sobre mídia e MST, conclui-se que a imprensa visa formar um imaginário do sem-terra sem objetivos definidos, do sem-terra que invade, do sem-terra que não faz bom uso da terra. Um exemplo é a reportagem “Guerra no campo: MST – Os filhos querem revolução”, publicada na revista *Época*, nº 268, de 4 de julho de 2003. O texto coloca como protagonistas os jovens criados nas invasões. Apesar do enfoque diferente das outras reportagens e artigos sobre o movimento, o texto destaca os jovens como organizadores de invasões e saques. Por outro lado, também aborda a educação. “A maioria dos jovens militantes foi preparada para o socialismo desde cedo. Embora tenham estudado em escolas municipais, receberam sua verdadeira formação ideológica em cursos promovidos nos acampamentos e assentamentos”, diz a reportagem.

Nesta linha, o texto da revista *Época* prossegue:

A partir de literatura desse teor, as crianças aprendem a desconstruir a história que ouviram nas escolas convencionais. Em um acampamento dos sem-terra, enquanto as mães lavam roupa no açude, a turma de 5ª série faz uma roda, com os cadernos abertos no colo. A professora começa: 'Latifúndio é uma grande extensão de terra improdutivo que deve ser desapropriada para reforma agrária'. Um dos meninos não se contém: 'Esse açude está improdutivo. Vamos invadir para nadar'.

Um dos entrevistados, com 19 anos na época, em 2003, é taxativo em relação a seu pensamento político: "Quando 169 milhões de pessoas no país quiserem o socialismo, não vai ter jeito. Nem que seja pela força".



Romão (2002), ao relacionar o discurso do MST com episódios históricos como os quilombos, Canudos, Contestado e Ligas Camponesas, afirma que o discurso sobre o MST na imprensa e nos setores dominantes da sociedade busca banalizar a luta pela terra, além de, na maioria das vezes, tratar os integrantes do movimento como criminosos, vagabundos e ignorantes. Neste sentido, a autora afirma que este mesmo tratamento depreciativo era dado aos movimentos anteriormente relacionados.

Internet e o novo ativismo global

Se a presença de jornais e revistas comerciais na internet ajudou na divulgação de notícias não favoráveis ao movimento, a atuação dos veículos alternativos, inclusive os de esquerda, também foi potencializada com a rede mundial. E, na maioria das vezes, tais veículos têm postura simpatizante ao MST e a outros movimentos sociais. Desta forma, enquanto os jornais e revistas mais vendidos no Brasil têm, na maioria das vezes, uma postura contrária ao movimento, o mesmo não se pode dizer dos veículos de esquerda presentes na internet.

Notícias e análises do movimento são freqüentemente divulgadas no Centro de Mídia Independente (www.midiaindependente.org). Grande parte das notícias se concentra no desenvolvimento dos assentamentos, da educação e na violência contra os sem-terra.

Os diversos centros de mídia independente espalhados pelo mundo ganharam destaque com a cobertura dos protestos em Seattle, em 1999, durante o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Centro de Mídia Independente, no Brasil, caracteriza-se como:

uma rede anticapitalista de produtores/as de mídia autônomos/as e voluntários/as. Com o objetivo de construir uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente; o CMI procura garantir espaço para que qualquer pessoa, grupo (de afinidade política, de ação direta, de ativismo) e movimento social - que estejam em sintonia com esses objetivos - possam publicar sua própria versão dos fatos. Acreditamos que dessa maneira estaremos rompendo o papel de espectador(a) passivo/a e transformando a prática midiática”. (POLÍTICA, 2007)

Pode-se dizer que os movimentos sociais de maior visibilidade na rede estão inseridos no novo ativismo global, buscando alternativas para comunicar suas demandas, para além da mídia convencional.



Para Abdel-Moneim (2002) são necessárias novas formas de leitura dos movimentos sociais na era digital. Os discursos não têm mais lugares definidos, são fluídos, muitas vezes com múltiplos autores. Segundo o autor:

O uso de tecnologias emergentes na amplificação das vozes indígenas, assim como na criação e distribuição de textos em que os/as rebeldes neozapatistas circulam como símbolos multifacetados da resistência, tem sido fundamental no novo processo de mediação entre as vozes indígenas e as culturas hegemônicas de um México mestiço e de uma vila global desde 1994. (p. 6)

Para Rubim (2000) “a noção de globalização retém duas condições intrínsecas e associadas: uma dimensão espacial planetária, acrescida de uma temporalidade instantânea”. Neste sentido, cultura, comunicação e política são inseparáveis.

Os elementos culturais não são estáticos e se relacionam a cada segundo, transformando culturas e criando novas formas de sociabilidades, paralelas à realidade capitalista. Por outro lado, os movimentos sociais se apropriam de elementos da economia capitalista para fazer suas reivindicações, vide o caso da presença do MST na internet. O que os diferencia, neste caso, é a finalidade para que estas ferramentas estão sendo usadas: num âmbito restrito, os movimentos sociais querem novas formas de representação política e mais distribuição de renda e terras para as populações. Numa visão mais ampla, desejam contribuir para a construção de um novo mundo.

A Revista Sem Terra

A Revista Sem Terra (RST) pode ser considerada uma das principais vozes do MST, sobretudo para o público interessado em abordagens mais profundas sobre as demandas do movimento, como as questões relacionadas à reforma agrária. A revista foi publicada pela primeira vez em julho de 1997, 13 anos após a fundação do movimento. Em entrevista, a editora da publicação, Beatriz Pasqualino, afirma que:

a Revista Sem Terra surgiu com o objetivo de aprofundar os temas em pauta na sociedade, em especial a questão agrária, mas sem deixar de abordar outros temas de caráter nacional e internacional, atingindo grupos formadores de opinião e simpatizantes da luta pela Reforma Agrária no Brasil e no exterior. De lá para cá, vem contribuindo para uma visão mais ampla sobre o MST, além do que é tratado na mídia comercial.

Num balanço sobre a história da publicação, disponível no site oficial do movimento, os editores afirmam que “há 7 anos, procuramos contribuir para o debate



em torno de um projeto popular para o Brasil, no qual a justiça social deixa de ser sonho para tornar-se uma realidade construída pelos trabalhadores e trabalhadoras”.

A revista tinha 36 páginas, capa colorida, periodicidade trimestral e tiragem média de 10 mil exemplares. Desde 2004, a revista é produzida bimestralmente. A publicação, cuja tiragem permanece a mesma, é comercializada a R\$ 5,00.

Beatriz Pasqualino está na edição da RST desde 2006, quando substituiu Hamilton de Souza. A editora e a equipe implantaram um novo projeto gráfico e a revista passou a ser inteiramente colorida. Desde a edição abril/maio de 2008, há um outro editor, Antônio Biondi, que trabalha em parceria com Beatriz.

A revista pode ser adquirida na loja da Reforma Agrária em São Paulo, em algumas bancas de jornal e nas livrarias FNAC, EDUSP e Olho D'agua. A editora Expressão Popular também comercializa a publicação. Em cada estado brasileiro, o público também pode comprar a publicação nas secretarias do movimento. Segundo a jornalista Beatriz Pasqualino, os próprios “trabalhadores realizam o trabalho de divulgação e distribuição da Revista no Brasil”. E complementa:

a parceria com outras publicações tem garantido a divulgação da Revista Sem Terra para um público dirigido, interessado em ter acesso a meios de comunicação alternativos. A publicação garante a sua divulgação através da relação de permuta de espaços: anuncia nos vários meios e também os divulga, como Jornal Brasil de Fato, Espaço Acadêmico, Correio da Cidadania, Revista Teoria e Debate etc.

Desde a edição 24, de maio e junho de 2004, a revista é divulgada também na página do MST na Internet. É preciso acessar a página inicial do movimento (www.mst.org.br) para entrar na página da revista, sinalizada pela capa e o número da edição que circula nas bancas. A foto da revista situa-se ao lado da foto do Jornal Sem Terra, veículo mensal com 282 edições publicadas (informação atualizada até maio de 2008).

Na página inicial da revista, no menu à esquerda da home, visualiza-se os seguintes itens: Destaque, Editorial, Reportagens, Expediente, Assinaturas, Onde Comprar, Edições da Revista e Fale Conosco, além de links com fotos para o Jornal Sem Terra e a rádio Vozes da Terra. A página inicial destaca a capa da edição das bancas e a manchete, mostrando também o autor e o parágrafo introdutório. O destaque secundário é para o editorial. Em cada edição disponível on-line, é possível ler a íntegra do editorial e trechos da matéria de capa. O acesso ao conteúdo completo da revista



somente na versão impressa. O internauta também pode visualizar o sumário da edição das bancas e os sumários das edições anteriores (a partir da edição 24).

Desde o fim de 2007, a revista tem uma parceria com a Editora Expressão Popular, que vende assinaturas e edições avulsas on-line, em sua página na internet.

No exterior, a Revista Sem Terra é divulgada por meio de comitês de apoio à Reforma Agrária e ao MST, presentes principalmente na Europa, Estados Unidos e América Latina. Também é feito o trabalho de divulgação no Brasil a partir do contato com centenas de estrangeiros que vêm conhecer o Brasil, o MST e as áreas de reforma agrária. É possível identificar também na Revista o arco de alianças com outras publicações alternativas para a divulgação mútua, como o Jornal *Brasil de Fato*.

A publicação se divide nas seguintes editorias, que podem variar em cada edição: economia, editorial, política, nacional, transgênicos, movimento social, internacional, educação, mídia, esporte, história, cultura, música, literatura, resenhas, análise e humor. “A Revista Sem Terra pretende, ainda, estimular o debate sobre as principais questões da política, economia, educação, história e cultura do país. Discute idéias e apresenta propostas defendidas pelos movimentos sociais e pelas quais têm se mobilizado”, diz a editora Beatriz Pasqualino.

Sobre os temas abordados na revista, Beatriz Pasqualino complementa:

A questão agrária no Brasil é motivo de conflito há séculos, e somente nas últimas décadas foi responsável pelos mais bárbaros crimes contra os direitos humanos e trabalhistas. Utilização do trabalho escravo; exploração do trabalho infantil; concentração de grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários; êxodo de pequenos proprietários do campo com inchaço das metrópoles; uso da terra como fator de renda e prestígio político; morosidade da justiça em casos de conflitos; carência de financiamentos e créditos para a pequena produção são aspectos comuns na realidade brasileira que merecem ser abordados por meios de comunicação que visam informar e denunciar esta situação. Além disso, as informações sobre as conquistas dos trabalhadores organizados, omitidas pela imprensa, como a conquista da terra, de meios de viabilizar a produção, da cooperação, da educação, da saúde, entre outras são tratados com regularidade na Revista Sem Terra.

A comissão editorial apresenta nomes de peso no cenário brasileiro, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professora de Geografia da Universidade de São Paulo e autor de diversas publicações sobre a questão agrária no Brasil. Atualmente, o conselho editorial é formado pelos seguintes nomes: Adelar Pizzeta, Alípio Freire, Ana Chã, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Beatriz Pasqualino, Carlos Finatto Bellé, Bernardete Castro Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Iná Camargo, Jaqueline Nikiforos, Marcos Zibordi, Neuri Rosseto, Nilton Viana, Nina Fideles, Ricardo Antunes e Wladyr Nader.



A equipe da revista é formada por jornalistas, fotógrafos e colaboradores, a maior parte voluntários, segundo Beatriz Pasqualino. “Alguns colaboradores são fixos e outros escrevem conforme os temas que estão em destaque”, complementa.

A maioria dos financiamentos para a produção dos veículos de comunicação do MST vem do governo, de empresas governamentais, sindicatos e de Ongs, por meio de anúncios. A Petrobrás, por exemplo, publicou quatro anúncios publicitários na revista ao longo de 2005, que custaram 45.500 reais, segundo informações da própria empresa. Em nota, a Petrobrás informou que os anúncios tiveram como objetivo "alcançar um público formador de opinião como professores, profissionais liberais, sindicatos urbanos, partidos políticos e apoiadores internacionais, além do público-alvo – camponeses, agricultores e sem-terra".

A publicação tem 2 mil assinaturas pagas, que ajudam a manter a revista. A assinatura anual é vendida por R\$ 42 e a bianual por R\$ 77. Na página de assinaturas, consta a seguinte mensagem:

Há dez anos, procuramos contribuir para o debate em torno de um Projeto Popular para o Brasil, no qual a justiça social deixa de ser sonho para tornar-se uma realidade construída pelos trabalhadores e trabalhadoras. Tornando-se um assinante, você estará somando esforços nessa luta que completa 20 anos no MST.

A produção é custeada, a cada edição, pela própria circulação dos exemplares, que é feita por assinatura (centralizada na Secretaria Nacional, em São Paulo) e venda avulsa (descentralizada em todas as secretarias estaduais do MST). Uma parte das revistas impressas é destinada gratuitamente a educadores, formadores, militantes e dirigentes do MST. Da mesma forma se trabalha com assinaturas de cortesia a entidades que não têm condições financeiras para assiná-la.

Sobre a recepção do público leitor em relação à revista, Beatriz afirma que:

Para que a sociedade defenda a reforma agrária e apóie as mobilizações sociais e ações governamentais contra a existência e perpetuação do latifúndio é essencial que os habitantes das cidades compreendam tais problemas e caminhem juntos na busca de soluções justas e legítimas. Neste aspecto, a revista é instrumento eficaz para atingir professores, parlamentares, lideranças, profissionais liberais, sindicatos urbanos, igrejas, organizações não-governamentais, partidos políticos e apoiadores internacionais.

Beatriz Pasqualino afirma que a publicação atravessou um dos momentos de maior ofensiva do governo FHC (1995-2002) contra o movimento e da mídia como sustentação para os ataques. “Nesse período, a revista retratou a cada edição a mobilização dos trabalhadores rurais pela reforma agrária, assim como os frutos



conquistados decorrentes desta organização. Virou alternativa diante da manipulação de informações e dados sobre a questão agrária, realizada pelos veículos de comunicação de massa de propriedade concentrada nas mãos de poucas famílias”.

Segundo Beatriz Pasqualino foi o compromisso com a reforma agrária, com as ações dos movimentos sociais e com a democratização da comunicação que fez com que a revista continuasse a existir, “mesmo depois de atravessar o período nebuloso dos maiores ataques da mídia e do governo ao MST e aos movimentos sociais”.

A editora complementa que a fase atual é “de potencializar instrumentos (...) para informar e mobilizar a sociedade em torno de um projeto para o Brasil, de vida digna e respeito aos que buscam superar os desafios herdados por séculos de exploração”. Esta posição nos remete à idéia de Thompson (1998), para quem “o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (1998; p. 13).

Considerações finais

Apesar dos veículos comerciais, em sua maioria, terem uma abordagem negativa acerca do movimento, o leitor que busca análises alternativas à mídia comercial pode encontrá-las na Revista Sem Terra. Bertol (2003, p.19), ao falar do MST, destaca que:

Nenhum outro movimento social no país processou tão bem duas heranças históricas – uma que advém de raiz popular, do interior do país, e outra resultante da influência da militância das classes médias. Ao destacarmos como se deu a interação desse complexo e ambíguo movimento social com a mídia, podemos compreender como a própria mídia atua na contemporaneidade.

Para compreendermos essas diferentes abordagens e concepções sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, podemos recorrer ao conceito de interculturalidade de Canclini (2005). O autor estuda a interculturalidade a partir das negativas, das carências, de quem não pertence ou não possui. Contudo, ressalta que se colocar no lugar do outro não é saber quem somos, tendo em vista que a globalização intercultural cria novas diferenças e desigualdades. Desta forma, a globalização limita, mas não elimina a possibilidade de relações mais democráticas dentro de uma realidade social. Assim:

É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o ser mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa rebeldia e não para a nossa resignação em face das ofensas que nos



destroem o ser. Não é na resignação mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos. (FREIRE, 1996, p. 78)

Para Canclini (2005, p.17) passamos de um mundo multicultural para um mundo intercultural. Enquanto o primeiro supõe aceitação do heterogêneo, o segundo implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos. Desta forma, "é necessário considerar a alteridade como uma construção imaginada, que - ao mesmo tempo - enraíza-se em divergências interculturais empiricamente observáveis" (2005, p. 266). Segundo Canclini, chegou a hora de descrever os esforços de convivência e não somente ressaltar as diferenças. Num primeiro olhar, este é um dos objetivos da Revista Sem Terra. Desta forma, a revista Sem Terra é parte de uma estratégia mais ampla de comunicação comunitária e popular, que surge da necessidade de dar voz e visibilidade a grupos sociais cujos espaços na mídia comercial são limitados. Tal comunicação deve estar ciente de seu papel de garantir os direitos destas comunidades excluídas.

Referências bibliográficas e eletrônicas

ABDEL-MONEIM, Sarah Grussing. The Zapatista Cyborg: weaving a virtual poetics of resistance in Cyber-Chiapas. **Revista Estudos Feministas**, vol.10, n.1, jan. 2002. p.39-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez. 2006.

BERTOL, Rachel. Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 1990. **Estudos Históricos**, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, n. 31. 2003.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, vol.15, n.43, p.207-224, set./dez. 2001.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. **Política editorial do CMI Brasil**. Disponível em: <www.midiaindependente.org.br> . Acesso em: 10 out. 2007.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo em Perspectiva**, vol.15, n.4, p.105-118, out/dez. 2001.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 27.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)



GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

MANSUR, Alexandre e CAMAROTTI, Gerson. Guerra no campo: MST: Os filhos querem revolução. Revista **Época**, nº 268, 4.jul.2003.

MATTELART, Armand. **História das teorias da comunicação**. SP: Loyola, 1999.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossa história**. Disponível em: <www.mst.org.br> . Acesso em: abr. 2008.

ROMÃO, Lucília Maria de Sousa. **O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta da nação**. 2002. 310 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Política midiaticizada: entre o global e o local. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, nº 33, p.126. 2000.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social: revista de Sociologia da USP**, vol.17, n.1, p.255-280, jun. 2005.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Fonte oral

Entrevista com Beatriz Pasqualino, editora da Revista Sem Terra. Realizada em março de 2008.